

Moldando a Internet: História e Futuro

Módulo 5: Actores da Internet e Grupos de Interesse



Desenvolvimento de iniciativa local como requisito do curso "***Shaping the Internet***" do programa de formação da ISOC "***Chapter Training Program 2020***".

Tarefa: Tradução para português do "***Module 5: Internet Actors and Stakeholder Groups***", do curso "***Shaping the Internet: History and Futures***" da ISOC.

Por: **Moises Mucelo** através do **Capítulo ISOC de Portugal**

Junho de 2020

Moldando a Internet: História e Futuro

Módulo 5: Actores da Internet e Grupos de Interesse

Índice

Objectivos	3
1. Introdução aos Actores e Grupos de Interesse	4
2. A Abordagem do Ecosistema	5
3. A Abordagem <i>Multistakeholder</i> da Governação da Internet.....	12
4. Os Diferentes Grupos de Interesse	15
4.1 Governos	15
4.2 Sector Privado	18
4.3 Sociedade Civil	20
4.4 Comunidade Técnica	22
4.5 Organizações Intergovernamentais e Internacionais.....	25
Resumo	28
Recursos do Módulo	29
Leitura Adicional.....	29
Referências.....	30

Curso: **Moldando a Internet: História e Futuro**
Módulo 5: **Actores da Internet e Grupos de Interesse**

Bem-vindo a este módulo:

Actores da Internet e Grupos de Interesse



Objectivos

Depois de completar este módulo, deverá ser capaz de:

- Compreender que uma infinidade de diferentes actores tem papéis válidos a desempenhar na Governação da Internet;
- Saber que a abordagem do Ecosistema da Internet é o modo como a Internet Society descreve os actores/eventos/processos do Modelo da Internet;
- Fazer um mapa da inclusão da Comunidade Técnica e Organizações intergovernamentais /internacionais na abordagem *multistakeholder* da Governação da Internet; e
- Listar os principais Grupos de Interesse existentes hoje na Governação da Internet e os fóruns em que as suas vozes podem ser ouvidas.

Este módulo tem os seguintes tópicos:

- Introdução aos Actores e Grupos de Interesse da Internet;
- A Abordagem do Ecosistema;
- A Abordagem Multistakeholder da Governação da Internet; e
- A Abordagem das Grupos de Interesse.

1. Introdução aos Actores e Grupos de Interesse

Como vimos no Módulo anterior, nos primeiros tempos da Internet, os actores envolvidos provinham em grande parte de instituições de investigação terciária e entidades governamentais, e eram relativamente poucos em número.

Ao longo da breve história da Internet, o número de actores e o nível de interesse pelas questões da Governação da Internet cresceram rapidamente. O interesse é agora tão amplo que se tornou comum, e em certos aspectos útil, organizar estes actores em "**grupos de interesse**" - um termo de utilização convencional na linguagem da Governação da Internet.

O que é um Grupo de Interesse (*Stakeholder*)?

Uma "Grupo de Interesse" é uma pessoa com um interesse ou uma preocupação em algo.

O termo também se refere a organizações ou sistemas em que todos os membros ou participantes são vistos como tendo interesse no seu sucesso.

A Internet é um Ecosistema repleto de grupos de interesse. Uma diversidade de actores - do governo às empresas, de ONGs e investigadores a utilizadores individuais - desempenha um papel vital no seu futuro.



Para além dos grupos de interesse, há uma série de organizações-chave que povoam o Ecosistema da Internet, que vão desde:

- as Nações Unidas ([ONU](#));
- o Internet Engineering Task Force ([IETF](#)); e
- a Organização para a Cooperação Económica e Desenvolvimento ([OECD](#)).

Diferentes organizações trabalham com os grupos de interesse de diferentes formas. Algumas adoptam estruturas elaboradas que limitam a participação. Outras têm estruturas leves e mínimas que incentivam a participação do maior número possível de actores.

2. A Abordagem do Ecosistema



Na actual miríade de actores da Internet todos têm papeis a desempenhar na configuração da forma pela qual a Internet evolui e é gerida.

O modo como as organizações permitem ou incentivam a sua participação influencia o grau com que estes grupos de interesse têm uma voz credível e eficaz na Governação da Internet.

Neste módulo, apresentamos os actores e instituições do **Ecosistema da Internet** e discutimos o conceito de "**modelo multistakeholder**" (*multistakeholder model*) - um dos termos mais amplamente utilizados na Governação da Internet.

"Ecosistema da Internet" é o termo utilizado para descrever as organizações e comunidades que orientam o funcionamento e o desenvolvimento das tecnologias e infra-estruturas que compõem a Internet global.

Estas organizações partilham valores comuns para o desenvolvimento aberto da Internet ^[1].

O termo "**Ecosistema da Internet**" implica uma evolução Darwiniana centrada no desenvolvimento rápido e contínuo e na adopção de tecnologias Internet através de:

- O envolvimento de um vasto leque de actores;
- Processos abertos, transparentes e colaborativos; e
- A utilização de produtos e infra-estruturas com propriedade e controlo distribuídos.

2.1 Actores do Ecosistema da Internet

- Organismos de normas técnicas
- Organizações que gerem recursos para a gestão global de capacidades de endereçamento
- Empresas que fornecem serviços de infra-estruturas de rede
- Indivíduos e organizações que utilizam a Internet
- Organizações de educação
- Políticos e decisores
- Membros da sociedade civil

Organismos de Normas Técnicas

Organismos de normas técnicas, como a Internet Engineering Task Force (**IETF**), o World Wide Web Consortium (**W3C**) e o Institute of Electrical and Electronic Engineers (**IEEE**).

Organizações que Gerem Recursos

Organizações que gerem recursos de designação e endereçamento globais, como a Internet Corporation for Assigned Names and Numbers ([ICANN](#)) (incluindo sua operação actual da função da Internet Assigned Numbers Authority ([IANA](#))), os Regional Internet Registries ([RIRs](#)), as TLD Registries ([Top Level Domain Registries](#)), Agentes Intermediários de Registo de Nomes de Domínios ([Registrars](#)) e os que registam nomes de domínio intermédios ([Registrans](#)).

Empresas que Fornecem Serviços de Infra-estrutura de Rede

Empresas que prestam serviços de infra-estrutura de rede, tais como:

- Fornecedores de Serviços de Nomes de Domínio (*Domain Name Service* - DNS);
- Operadores de rede;
- Fornecedor de serviços de alojamento e de nuvem; e
- Pontos de Intercâmbio na Internet (*Internet Exchange Points* - [IXPs](#)).

Indivíduos e Organizações que Utilizam a Internet

Indivíduos e organizações que utilizam a Internet para comunicar entre si e oferecer serviços e aplicações, ou desenvolver conteúdos.

Organizações de educação

Organizações de educação que criam competências para desenvolver e utilizar tecnologias da Internet, tais como organizações multilaterais, instituições de ensino e agências governamentais.

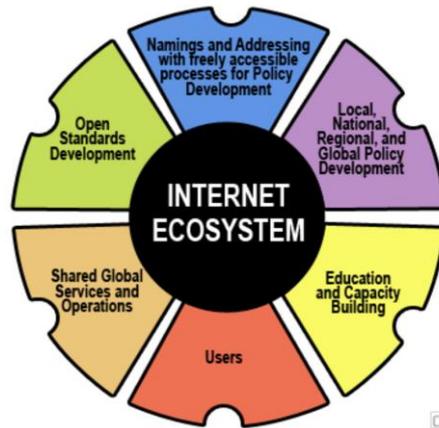
Políticos e decisores

Políticos e decisores envolvidos no desenvolvimento de políticas locais e globais e na Governação da Internet

Membros da sociedade civil

Membros da sociedade civil, incluindo organizações de direitos humanos, investigadores, académicos, ONGs, activistas, utilizadores finais individuais e qualquer outro grupo não comercial e não governamental que represente o interesse público.

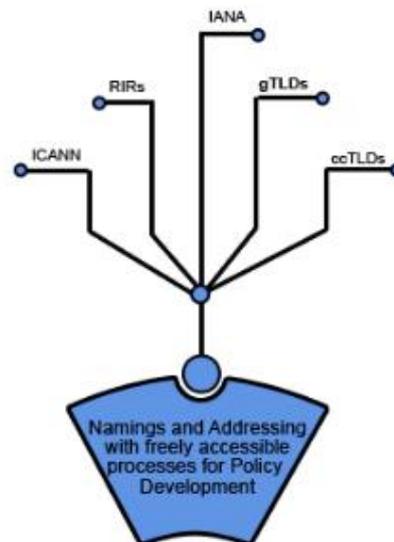
A seguinte representação gráfica ilustra a natureza abrangente do Ecosistema da Internet e a sua natureza verdadeiramente "multistakeholder":



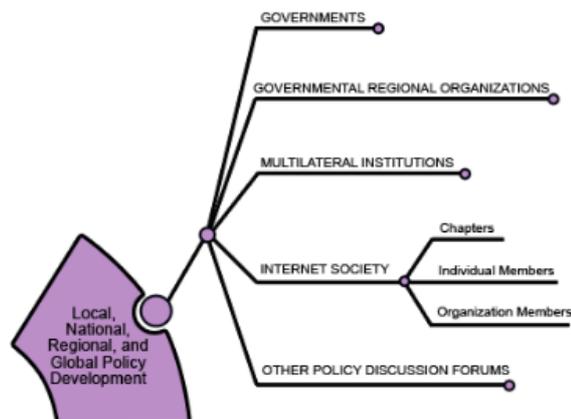
Este modelo permite o mapeamento visual dos vários actores, das suas responsabilidades e das questões que abrangem, bem como das interconexões e interdependências que lhes estão associadas.

As secções do Ecosistema Internet abaixo revelam os actores, grupos de interesse e agrupamentos de grupos de interesse (observe onde a ISOC e suas filiais estão localizadas).

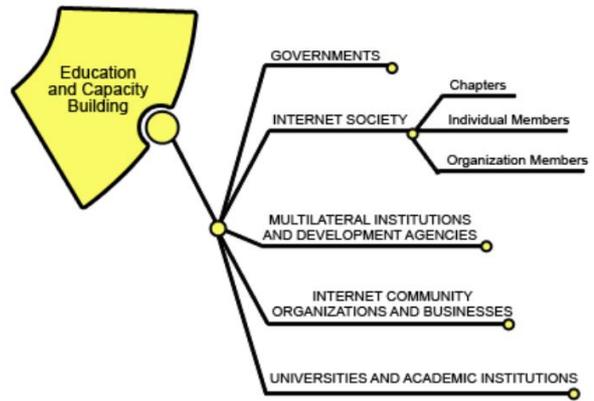
- **Designação e endereçamento com processos livremente acessíveis para o desenvolvimento de políticas** - Organizações que gerem recursos para capacidades de endereçamento global.



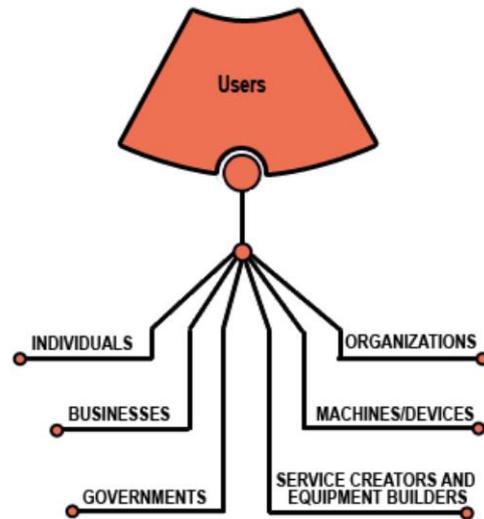
- **Desenvolvimento de políticas locais, nacionais, regionais e globais** - Organizações que elaboram políticas relacionadas com a Internet.



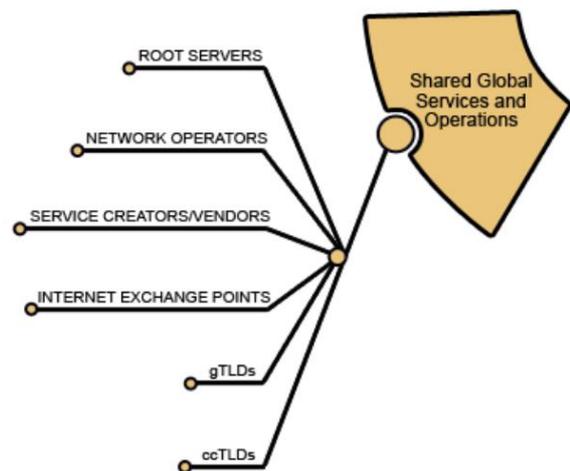
- **Educação e Desenvolvimento de Competências** - Organizações que fornecem educação e desenvolvem competências para o desenvolvimento e utilização das tecnologias da Internet.



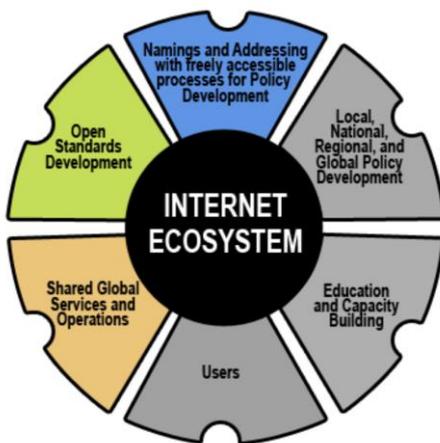
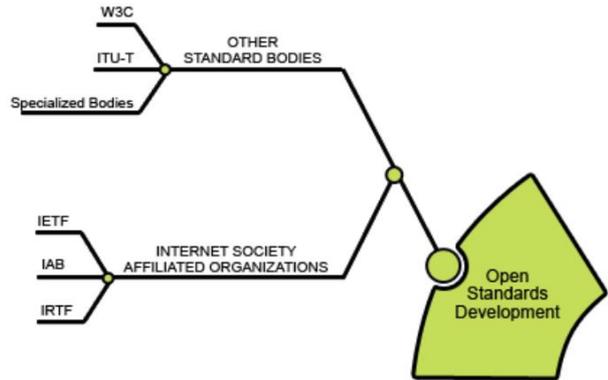
- **Utilizadores** - Indivíduos e organizações que utilizam a Internet para comunicar entre si e oferecer serviços.



- **Serviços e Operações Globais Partilhados** - Empresas que prestam serviços de infraestrutura de rede.



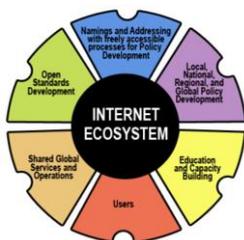
- **Desenvolvimento de Normas Abertas** - Organismos de normalização técnica.



O documento da Internet Society de 2014 "[Internet Ecosystem: Naming and addressing, shared global services and operations, and open standards development](#)" descreve com mais pormenor o Ecosistema da Internet e explora três das suas seis vertentes.

Esta leitura essencial fornece uma visão panorâmica útil dos actores relevantes e descreve também o modo como os grupos de interesse podem contribuir para essas organizações e nelas participar. O Observatório [GIP Digital Watch](#) dispõe também de múltiplos recursos para ajudar a compreender melhor os actores envolvidos e o modo como criam as dinâmicas que sustentam os processos de Governação da Internet.

<p>1. Designação e endereçamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • ICANN • RIRs • IANA • gTLDs • ccTLDs 	<p>2. Desenvolvimento de normas abertas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Organizações filiada na Internet Society: <ul style="list-style-type: none"> - IETF - IAB - IRTF • Outros Organismos de Normas: <ul style="list-style-type: none"> - W3C - ITU-T - Organismos especializados 	<p>3. Serviços globais partilhados e operações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Servidores da raiz do DNS • Operadores de rede • Criadores/Fornecedores de Serviços • Pontos de troca de tráfego Internet (IXPs) • Servidores dos gTLDs • Servidores dos ccTLDs
---	---	---



É importante colocar o Ecosistema da Internet no contexto mais amplo do Modelo de desenvolvimento da Internet, que foi introduzido no **Módulo 3: A História da Internet**.

O Modelo da Internet é caracterizado por normas técnicas abertas, processos de acesso livre para o desenvolvimento de tecnologia e políticas, governação transparente e colaborativa, e responsabilidade distribuída por funções técnicas, de gestão e administrativas.



Os seus processos de participação são "**bottom-up**" em oposição a "**top-down**", e são acessíveis a todos os grupos de interesse. A abertura, enquanto tema geral, percorre todo o Modelo da Internet.

O Ecosistema da Internet é a forma de a Internet Society descrever os actores, eventos e processos que comungam e se interligam sob o Modelo da Internet.

Abaixo está uma passagem de um discurso proferido em Maio de 2009 por Lynn St. Amour, então Presidente e CEO da ISOC. Ela descreve o inter-relacionamento entre os dois conceitos: ^[2].



“Os primeiros pioneiros da Internet ... compreenderam o potencial da interligação das redes e dos sistemas de informação. Compreenderam também que a exploração desse potencial exigia uma nova forma de pensar. Uma nova forma de trabalhar. E assim a Internet cresceu a partir de uma necessidade de colaboração e cooperação. Os problemas de interligação foram resolvidos por pessoas que trabalhavam em conjunto para um objectivo comum.

E, assim, as normas abertas foram desenvolvidas através de processos abertos, em que todos aqueles que tinham interesse podiam participar. E qualquer pessoa que quisesse aplicar essas normas poderia fazê-lo sem ter de pedir autorizações ou pagar uma taxa.

Nada era obrigatório e, na verdade, não havia uma autoridade central com controlo centralizado. As responsabilidades operacionais eram distribuídas, e as decisões eram desenvolvidas por processos abertos, documentados e consensuais.

Os primeiros pioneiros da Internet estavam a criar novas tecnologias. Mas, igualmente importante, estavam a criar uma nova forma de trabalhar. Um novo meio de desenvolvimento.

Chamamos a isto o modelo de desenvolvimento da Internet. Dentro deste modelo prospera um Ecosistema diversificado de grupos de interesse, com papéis diferentes, expectativas diferentes, interesses diferentes, mas unidos por uma necessidade comum de uma Internet global, confiável e acessível a todos.

Como em qualquer Ecosistema, cada componente está vitalmente interligado com a saúde e sustentabilidade do todo”.

Vale a pena notar que algumas instituições e grupos de interesse vêem o modelo de desenvolvimento da Internet como uma ameaça às suas actuais posições e esferas de influência específicas.

Estes actores procuram manter o *status quo* e normalmente adoptam abordagens *top-down* das decisões de Governação. Esta tensão pode ser observada em vários contextos diferentes na Governação da Internet e pode ser enquadrada em termos da diferença entre o multilateralismo e o modelo *multistakeholder*.

Na secção seguinte, continuamos a discutir o conceito de "*multistakeholderismo*", que sustenta as estruturas do Ecossistema da Internet e do Modelo da Internet. Em seguida, analisamos o significado da abordagem *multistakeholder* da Governo da Internet.

3. A Abordagem *Multistakeholder* da Governação da Internet



O **modelo *multistakeholder*** na Governação da Internet significa geralmente **que uma grande variedade de grupos de interesse, ao contrário dos governos**, pode participar e ter impacto nos processos e discussões sobre a Governação da Internet e no desenvolvimento de políticas para a Internet. Nesta medida, o termo "*multistakeholder*" pode ser distinguido do termo "multilateral". Nos fóruns multilaterais, só os governos têm poder de decisão.

O multilateralismo é o paradigma dominante seguido por organizações intergovernamentais como as Nações Unidas (ONU) e as suas agências especializadas, como por exemplo: a União Internacional das Telecomunicações (ITU - *International Telecommunication Union*), a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (WIPO - *World Intellectual Property Organization*) e a Organização Mundial do Comércio (WTO - *World Trade Organization*).



Estas organizações são criadas por tratados internacionais entre países e apoiam frequentemente a elaboração de novos tratados.

Embora os intervenientes não governamentais estejam mais ou menos envolvidos nestas organizações, a última palavra cabe às nações soberanas que constituem os seus membros.

As organizações multilaterais e a Governação da Internet e os tratados relacionados com as políticas que produzem, por exemplo, o Tratado da Organização Mundial da Propriedade Intelectual de 1996 sobre os Direitos de Autor, serão discutidos mais aprofundadamente no **Módulo 11: Aspectos jurídicos da Governação da Internet**.

As origens da abordagem *multistakeholder* para a Governação da Internet, em oposição à abordagem multilateral mais exclusiva, encontram-se na Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação ([WSIS](#) - *World Summit on the Information Society*). É de salientar que a WSIS, enquanto processo da ONU, foi um evento multilateral.



A ideia de que muitos grupos diferentes de interessados devem estar envolvidos na Governação da Internet, juntamente com a necessidade muito prática de o sector privado e a Comunidade Técnica manterem a Internet em funcionamento e de a sociedade civil garantir que o interesse público seja reconhecido, encontrou apoio em vários Estados participantes nas negociações de 2005 da Agenda de Túnis.

A abordagem *multistakeholder* adoptada durante a WSIS e incorporada na Agenda de Túnis, negociada pelos governos, é uma abordagem que tem uma visão comum em muitos círculos políticos internacionais e nacionais, apesar das suas limitações inerentes.

O parágrafo 34 da Agenda de Túnis forneceu a primeira definição internacionalmente reconhecida de Governação *multistakeholder* da Internet: [\[3\]](#).

"Governação da Internet é o desenvolvimento e aplicação pelos governos, o sector privado e a Sociedade Civil, nos seus respectivos papeis, de princípios, normas, regras, procedimentos decisórios e programas partilhados que moldam a evolução e utilização da Internet".

O problema com esta abordagem de três grupos - ou seja, governos, sector privado e sociedade civil – está relacionado com o facto de muitos actores se sentirem não representados.

A Comunidade Técnica da Internet, por exemplo, sentiu-se desprovida dos seus privilégios, sobretudo porque foi o grupo que construiu a Internet e se ocupava dela. A Agenda de Túnis reconhece a Comunidade Técnica noutros lugares, juntamente com organizações intergovernamentais e internacionais. Contudo, devido à estrutura e à redacção do documento, estes grupos não têm a mesma "posição" que os três pontos enumerados no artigo 34º.

As instituições *multistakeholder* têm hierarquias menos rígidas, ou nenhuma, e os seus processos são caracterizados pela abertura, transparência e inclusão. Idealmente, esta abordagem permite a participação, em pé de igualdade, de diferentes grupos de interesse de natureza diversa.

O controlo governamental não é a base de referência.

A abordagem *multistakeholder* é adoptada pela IETF, a ICANN e o IGF, sendo preferida por muitos outros intervenientes na Governação da Internet, incluindo alguns Estados.



Alguns dos melhores exemplos de iniciativas verdadeiramente *multistakeholder* surgiram do Fórum sobre a Governação da Internet (IGF - *Internet Governance Forum*).



O IGF levou ao estabelecimento de uma série de IGFs nacionais e regionais, permitindo que um conjunto muito mais vasto de intervenientes se reunisse, normalmente num contexto nacional, para analisar e discutir questões relacionadas com a Governação da Internet.

Eis alguns exemplos de iniciativas deste tipo: ^[4].

- O [IGF do Reino Unido](#);
- O [Fórum Africano de Governação da Internet](#);
- O **IGF da Europa** - o Diálogo Europeu na Governação da Internet ([EuroDig](#)); e
- O [IGF regional Ásia-Pacífico](#).



Outro exemplo de uma reunião *multistakeholder* sobre questões de Governação da Internet é a Reunião *Multistakeholder* Global **NETmundial** de 2014 sobre o Futuro da Governação da Internet.

Convocada no Brasil, a NETmundial foi organizada por um comité *multistakeholder* de alto nível e por um comité executivo *multistakeholder*.

Tal como o IGF, a NETmundial emitiu um convite aberto a todos os grupos de interesse interessadas para participarem. Os participantes na reunião da NETmundial produziram um documento final chamado NETmundial Multistakeholder Statement, um documento em duas partes que estabelece um conjunto de princípios de Governança da Internet, prefaciado por uma seção sobre direitos humanos, e um roteiro para o futuro da Governação da Internet.

De acordo com um inquérito realizado pela Plataforma Internet de Genebra ([Geneva Internet Platform](#)), o NETmundial foi o principal evento de Governação da Internet em 2014.

Se os êxitos do IGF e da conferência NETmundial demonstraram como a acção *multistakeholder* poderia produzir resultados relevantes, a transição de gestão das funções da *Internet Assigned Numbers Authority* (IANA), facilitada pela ICANN, foi sem dúvida a história de sucesso *multistakeholder* mais significativa até à data.



Na transição para a IANA, a Administração Nacional de Telecomunicações e Informação (NTIA – *National Telecommunication and Information Administration*) do Departamento de Comércio dos EUA transferiu a sua função de gestão das funções da IANA para a comunidade global e *multistakeholder* da ICANN, em 1 de Outubro de 2016.

Este evento não só demonstrou como um governo poderoso poderia facilitar uma gestão mais inclusiva dos recursos da Internet, como, nas palavras da ISOC:

"A transição da IANA é uma poderosa ilustração do modelo multistakeholder e uma afirmação do princípio de que a melhor abordagem para enfrentar os desafios é através de processos da base para o topo (bottom-up), transparentes e orientados por consensos". ^[5]

Nas secções seguintes, analisamos mais aprofundadamente os diferentes grupos de interesse do Ecosistema da Internet. É importante ter presente que novos grupos podem evoluir ao longo do tempo no ambiente dinâmico da Governação da Internet.

4. Os Diferentes Grupos de Interesse



Governments



The Private Sector



Civil Society



Technical Community



Intergovernmental Organisations

A Agenda de Túnis 2005 cita três grupos como estando envolvidos na Governança da Internet: **Governos**, o **Sector Privado** e a **Sociedade Civil**. Desde então, a comunidade técnica tornou-se geralmente reconhecida também como um dos grupos de interesse na Governança da Internet. O papel das organizações intergovernamentais é também amplamente reconhecido, sendo o mundo académico muitas vezes incluído na sociedade civil.

Tendo analisado os vários actores envolvidos na Governança da Internet e compreendido os seus agrupamentos, analisamos em seguida os **princípios** que os actores desenvolveram para orientar:

- as instituições de Governança da Internet;
- os processos; e
- legislação e políticas.

4.1 Governos

A introdução da Governança da Internet nas agendas políticas nacionais tem sido um processo de aprendizagem para muitos funcionários governamentais, independentemente do seu país de origem.

Isto porque a Governança da Internet é uma área nova e, como tal, apresenta desafios sem precedentes - questões e situações com as quais esses funcionários nunca tiveram de se envolver antes.

Os governos tiveram de começar a participar activamente em vários fóruns da Internet para poderem fazer face a este novo fenómeno.

Além disso, os governos geralmente participam na elaboração de políticas para a Internet através de decisões unilaterais, de decisões bilaterais ou de decisões multilaterais.

Assim, a ideia de estar num fórum em pé de igualdade com outros grupos de interesse interessadas num ambiente marcado pela transparência e pela responsabilização foi - e continua a ser - difícil de aceitar por parte de alguns governos.

Em 2003, no início do processo WSIS, a maioria dos países abordou as questões da Internet através de ministérios "técnicos", normalmente os responsáveis pelas relações com a União Internacional das Telecomunicações (**ITU**) das Nações Unidas.



À medida que os governos começaram a perceber que a Internet era mais do que "uma série de canais de comunicação", começaram a envolver funcionários de outros ministérios menos técnicos, como por exemplo da cultura, dos meios de comunicação social e da justiça, na Governança da Internet.



Uma das principais áreas de enfoque para muitos governos tem sido o desenvolvimento de estratégias de envolvimento com intervenientes não estatais, incluindo universidades, empresas privadas e ONG.

Estes actores possuem diferentes tipos de conhecimentos especializados que os tornam úteis no tratamento de questões políticas relativas à Internet. Durante o processo da WSIS, a maioria dos grandes e médios Estados conseguiu criar capacidade institucional suficiente para participar, permitindo-lhes acompanhar as discussões mundiais sobre a Governação da Internet. Ao mesmo tempo, os governos também aproveitaram a assistência de outros actores e grupos de interessados.

Muitas vezes, os governos procuram trabalhar com outros governos, instituições ou grupos de interesse, desenvolvendo relações com base na:

- Geografia (através de organizações regionais, tais como a Comissão Interamericana de Telecomunicações ([CITEL](#)) ou a [União Africana](#));
- A mentalidade semelhante (como as que têm uma utilização avançada da Internet, como os EUA, o Japão, a UE); ou
- Objectivo geopolítico comum (os "[Países BRIC](#)").

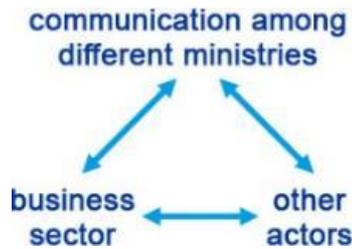
Outro exemplo inclui a [Freedom Online Coalition](#), uma parceria de 30 governos, que trabalha para promover a liberdade na Internet.



As discussões sobre a Governação da Internet durante a WSIS não foram, na sua maioria, diferentes de qualquer outra discussão global multilateral de importância entre Estados - os mesmos motores políticos e económicos nacionais e regionais estiveram muito presentes.

A natureza multidisciplinar da Governação da Internet e a diversidade de intervenientes e fóruns políticos podem constituir um desafio particular para alcançar a coerência política entre departamentos ou pastas governamentais.

Exige que os governos tenham uma forma flexível de coordenação política, incluindo a comunicação entre os diferentes ministérios, em todo o sector privado e com outros grupos de interesse.



As estruturas governamentais tradicionais, baseadas em silos e hierarquias, podem constituir um obstáculo ao desenvolvimento dos processos necessários para alcançar uma verdadeira coordenação entre os vários intervenientes.

Os governos não estão habituados a estar em pé de igualdade com outros grupos de interesse, embora alguns se tenham adaptado melhor do que outros. O principal exemplo da participação dos governos nos processos de Governação *multistakeholder* da Internet é o Comité Consultivo Governamental - o [GAC](#) - na ICANN.



"O papel fundamental do GAC é aconselhar a ICANN sobre questões de política pública e, especialmente, quando pode haver uma interacção entre as actividades ou políticas da ICANN e a legislação nacional ou os acordos internacionais ^[6]. "

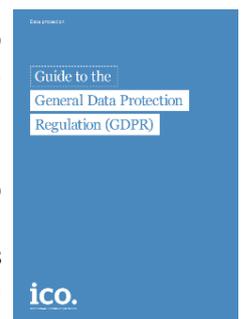
Juntamente com outros grupos de interesse, os governos também participam no Grupo Consultivo Multilateral no IGF.



Não esquecer que os governos são um grupo de interesse chave, porque só eles têm o poder de elaborar, aprovar e implementar políticas públicas nacionais.

Assim, os governos estão frequentemente no final de muitas discussões políticas - razão pela qual é também vital incluir membros do governo nas discussões nacionais, regionais, sub-regionais e, evidentemente, internacionais sobre a Governação da Internet.

São também fundamentais para criar ou facilitar a regulamentação e estão frequentemente no centro de muitos desenvolvimentos importantes relacionados com a Internet, como a aplicação do Regulamento Geral da UE relativo à Protecção de Dados (GDRP - *General Data Protection Regulation*), ou os esforços coordenados para combater os ciberataques e a cibercriminalidade.



4.2 Sector Privado

O interesse empresarial na Governação da Internet é **amplo e diversificado**.

As empresas de nomes de domínio, os provedores de serviços de Internet e as empresas de telecomunicações, negócios usando a Internet, os titulares de direitos de propriedade intelectual e muitos outros interesses do sector privado, grandes e pequenos, **mantêm uma presença em vários eventos sobre a Governação da Internet**, participando em debates e no processo de desenvolvimento de políticas na ICANN.



1. Empresas de Nomes de Domínio

As empresas de nomes de domínio incluem as *registries* e intermediárias de registos ou *registars*, que vendem nomes de domínio da Internet (por exemplo, .com, .edu).

O seu negócio é directamente influenciada pelas decisões políticas da ICANN em áreas como a introdução de novos domínios de nível de topo e a resolução de litígios relativos a nomes de domínio (**discutidos no Módulo 11**).

As empresas de nomes de domínio são **intervenientes fundamentais nos processos políticos** da ICANN, tendo muitas delas estado igualmente envolvidas nas discussões mais amplas sobre a Governação da Internet fora da ICANN, incluindo WSIS, IGFs mundiais, regionais e nacionais e na NETmundial.



2. Provedores de Serviços de Internet (ISPs)

Provedores de serviços Internet (ISP) são as empresas que fornecem acesso à Internet e/ou a infra-estrutura Internet subjacente.

Muitos ISPs têm antecedentes como empresas de telecomunicações. Tradicionalmente, as empresas de telecomunicações têm participado na política internacional de telecomunicações, contribuindo para as discussões no âmbito da ITU multilateral.

No entanto, o papel da ITU na Governação da Internet é considerado por muitos como sendo de âmbito relativamente restrito. Algumas empresas, desde muito cedo, viram valor na participação em processos globais de Governação da Internet. Algumas destas empresas, particularmente dos EUA e da Europa, estiveram envolvidas e **permaneceram activas na WSIS, no IGF e em outros fóruns sobre a Governação da Internet**. Verizon, AT&T, France Telecom, Deutsche Telekom, e Telefonica são exemplos. Além disso, a GSMA - um organismo comercial que representa os interesses dos operadores de redes móveis em todo o mundo - também desempenha um papel activo em muitas discussões sobre a Governação da Internet.



3. Negócios na Internet

Os negócios sobre a Internet, algumas das quais também são referidas como fornecedores de serviços e aplicações e retalhistas, como por exemplo Google, Facebook, eBay, Cloudflare e Amazon, também participam nas discussões sobre a Governação da Internet.

Os profissionais empresariais destes actores estão estreitamente ligados a questões como a privacidade, a jurisdição, a liberdade de expressão e os direitos de propriedade intelectual.

A sua presença é **cada vez mais notória nas discussões globais sobre a Governação da Internet.**



4. Os Titulares de Direitos de Propriedade Intelectual

Os titulares de Direitos de Propriedade Intelectual, em geral, têm interesse em ver que os seus direitos de autor e marcas comerciais, por exemplo, sejam protegidos no ambiente *online*.

O ambiente da Internet coloca vários desafios aos modelos de negócio que dependem destes direitos. Empresas e grupos industriais como a Disney, a *Motion Picture Association* e a *Recording Industry Association of America* **mantêm uma presença constante nas discussões e negociações sobre a Governação da Internet**, ponderando a aplicação dos direitos de autor digitais e outros assuntos.

A interação entre os direitos de propriedade intelectual e a governação da Internet será discutida no **Módulo 11: Aspectos Jurídicos da Governança da Internet.**



5. Outras Empresas de Tecnologias da Informação e Comunicação

Outras empresas de Tecnologias de Informação e Comunicação, como a IBM, Microsoft, Adobe e Oracle, e empresas de hardware como a Cisco, estão principalmente **envolvidas nas actividades de diferentes organismos de normalização**, como o *Institute for Electrical and Electronics Engineers* (IEEE), o *World Wide Web Consortium* (W3C) e a *Internet Engineering Task Force* (IETF).



4.3 Sociedade Civil



A sociedade civil e o meio académico têm desempenhado um papel fundamental na Governação da Internet desde os primórdios da WSIS.

Em termos gerais, a Sociedade Civil representa o interesse público nas discussões sobre a Governação da Internet, garantindo que as comunidades e os utilizadores finais estejam adequadamente representados. Este grupo de grupos de interesse organiza contributos da base para o topo (*botton-up*) e representa os interesses dos utilizadores da Internet que, de outro modo, seriam marginalizados face às prioridades governamentais e do sector privado.

O envolvimento da Sociedade Civil tem múltiplas vantagens para a Governação da Internet, por duas razões fundamentais:

1. Oferece conhecimentos especializados únicos, como conjuntos de competências e conhecimentos que são difíceis de encontrar noutros locais, e
2. Representa interesses ao transmitir os sentimentos, percepções, interesses e desejos das várias comunidades aos decisores políticos, às empresas e aos decisores.

A Sociedade Civil é reconhecida como sendo vital para garantir a responsabilização e a transparência dos processos de Governação, oferecendo também uma janela para novos métodos, modelos e soluções. Além disso, a Sociedade Civil representa interesses especiais numa série de tópicos, defendendo e promovendo frequentemente os direitos humanos, a liberdade de expressão, a defesa do consumidor, a sustentabilidade ambiental, a boa governação e a responsabilidade pública e empresarial. Na WSIS, a Sociedade Civil constituiu uma série de organizações, incluindo:

- the Association for Progressive Communications (APC);
- Mozilla;
- Access Now;
- Article 19;
- DiploFoundation;
- Public Knowledge;
- Freedom House;
- Global Partners Digital;
- the Electronic Frontier Foundation (EFF);
- the Center for International Media Assistance (CIMA); e
- CISIndia, entre muitas outras.



Ao longo da WSIS e para além dela, a Sociedade Civil foi um promotor activo e audível da abordagem *multistakeholder* da Governação da Internet.

Uma crítica comum à Sociedade Civil é que existe uma falta de coordenação adequada entre as suas várias partes. Dada a diversidade no seio deste grupo de grupos de interesse, há frequentemente vozes dissonantes e caminhos difíceis para o consenso.

No entanto, no processo da WSIS, a representação da sociedade civil conseguiu aproveitar esta complexidade e diversidade inerentes através de algumas estruturas organizacionais específicas, como o **Gabinete (*Bureau*) da Sociedade Civil**.

Confrontados com possibilidades limitadas de influenciar o processo formal, os grupos da sociedade civil desenvolveram uma abordagem em duas vertentes: continuaram a sua presença no processo formal, utilizando as oportunidades disponíveis para participar e pressionar os governos e, paralelamente, prepararam uma [Declaração](#) da Sociedade Civil como visão alternativa à declaração principal adoptada na Cimeira WSIS de Genebra.

Nos anos que passaram, contudo, a Sociedade Civil reforçou as suas redes e desenvolveu importantes plataformas de colaboração. O fórum Best Bits é um exemplo.

Uma rede inclusiva de organizações-chave da Sociedade Civil de todo o mundo, que se reúnem para destacar as suas várias iniciativas e promover a aprendizagem mútua e um maior envolvimento ^[8].

Por último, é importante notar que a comunidade académica também mantém uma presença em eventos de Governação da Internet e participa em debates e no desenvolvimento de políticas - geralmente sob a égide da Sociedade Civil.

A Rede Académica de Governação Global da Internet ([GigaNet](#) - *Global Internet Governance Academic Network*), por exemplo, é uma associação internacional de investigadores académicos que apoia a concessão de bolsas de estudo multidisciplinares sobre a Governação da Internet.

Foi criada em paralelo com o IGF 2006, e o seu simpósio anual ocorre durante o evento do IGF.

Entre outras actividades, a Best Bits trabalha para produzir declarações baseadas no consenso sobre questões de Governação da Internet, por exemplo a Carta Aberta de 2014 à ITU sobre a Transparência do seu Plenipotenciário em Busan e as Propostas da Sociedade Civil de Emendas ao Documento Final da NETmundial.

A Sociedade Civil continua activamente envolvida nas questões da Governação da Internet e é um grupo fundamental de grupos de interesse, em **pé de igualdade** com:

- governos;
- o sector privado; e
- as comunidades técnica e académica.

Tal como com outros grupos, a Sociedade Civil tem mantido uma presença no [Grupo Consultivo Multilateral](#) (Multistakeholder Advisory Group) e numa série de outros fóruns relacionados com a Governação da Internet, como o [RightsCon Summit Series](#) do Access Now ou o [Internet Freedom Festival](#).

O *Internet Governance Caucus* (IGC) é a pedra de toque para a discussão da Sociedade Civil e apresenta uma *mailing list* muito activa.

Reconhecendo a necessidade de um maior envolvimento do sector técnico para abordar as questões de direitos humanos, a Sociedade Civil está também a participar cada vez mais em debates técnicos, de segurança e relacionados com a ITU sobre questões que vão desde a ciber-segurança e a protecção dos jornalistas, para garantir que os direitos humanos sejam incorporados nos [estatutos](#) da ICANN.



4.4 Comunidade Técnica

Como vimos em leituras anteriores, a primeira comunidade da Internet incluiu instituições e indivíduos que desenvolveram a Internet.

Historicamente, os membros da comunidade da Internet estavam ligados a universidades americanas, onde trabalhavam principalmente para desenvolver normas técnicas e estabelecer a funcionalidade básica da Internet.

A comunidade da Internet gerou o "espírito" da Internet, com base em:

- os princípios da partilha de recursos;
- no acesso aberto; e
- oposição a uma ampla participação do governo na Regulamentação da Internet.



A comunidade técnica, tal como é hoje referida, está preocupada principalmente em desenvolver a arquitectura subjacente à Internet, incluindo protocolos como o IPv6, normas e outras especificações de software e hardware.

A comunidade técnica também engloba o espírito dessa primeira comunidade da Internet e promove a sua participação nas discussões sobre a Governação da Internet. Alguns dos membros originais da comunidade da Internet primitiva estão hoje activos na comunidade técnica.



A ISOC, a IETF, a ICANN, a W3C, o Internet Architecture Board (IAB), os registos regionais da Internet (RIR - Regional Internet Registries), o IEEE - Institute of Electrical and Electronics Engineers e os representantes da comunidade de domínios de topo com código de país (ccTLD) são todos participantes centrais na comunidade técnica.

A ISOC e a IETF têm desempenhado um papel vital na normalização da Internet e na promoção dos valores fundamentais da Internet, como a abertura, o acesso e a conectividade de extremo a extremo.

A ISOC está também activamente envolvida no desenvolvimento de competências e na assistência aos países em desenvolvimento no desenvolvimento de uma infra-estrutura básica da Internet.



Durante o processo WSIS, a Comunidade Técnica não foi reconhecida como um grupo formal de grupos de interesse, como os governos, as empresas e a Sociedade Civil

No entanto, à medida que o processo WSIS evoluiu e o IGF se desenvolveu ao longo dos anos, a Comunidade Técnica passou a ser vista como um **grupo de interesse distinto**. Este reconhecimento tem tido eco noutros ambientes, por exemplo, em relação à OCDE através do Comité Consultivo Técnico da Internet (ITAC - *Internet Technical Advisory Committee*).



	<p>A ICANN é um membro fundamental da Comunidade Técnica, bem como uma instituição-chave da Governação da Internet em si mesma.</p> <p>O papel da ICANN consiste em gerir os principais recursos técnicos da Internet – nomes, endereços e códigos da Internet - e alberga a IANA (<i>Internet Assigned Numbers Authority</i>).</p>
---	---

O interesse crescente pelo papel da ICANN desenvolveu-se paralelamente ao rápido crescimento da Internet no final do século XX, o que resultou neste papel como foco de atenção nos círculos políticos mundiais durante a WSIS.



A ICANN é uma instituição *multistakeholder* que envolve uma grande variedade de actores em diferentes capacidades e funções. Grosso modo, dividem-se em três grupos principais.

1. **Actores** - que têm estado envolvidos desde os dias em que a ICANN foi criada, incluindo a comunidade inicial da Internet, a comunidade empresarial e outros;
2. **Governos nacionais** - cujo interesse crescente em ter um papel mais importante na ICANN começou em 2003 com o processo da WSIS, e
3. **Utilizadores da Internet** - representados através da comunidade At-Large da ICANN, e da Sociedade Civil.

Dois desenvolvimentos recentes relacionados com a ICANN, o Programa para novos gTLDs e as funções da IANA são explorados no **Módulo 6: Infra-estrutura da Internet, Normas, Protocolos e Sistemas**.

Outro subgrupo importante, dentro da comunidade técnica, que está a crescer em termos de relevância são as organizações de normalização de **software livre e de código-fonte aberto** (FOSS - *free and open-source software*).

FOSS [refere-se](#) ao software que [é livremente licenciado](#) para permitir a qualquer pessoa utilizar, copiar, estudar e alterar o software de qualquer forma.

Além disso, o [código-fonte](#) é partilhado abertamente para que as pessoas sejam encorajadas a melhorar voluntariamente a concepção do software.



O FOSS está a crescer rapidamente em termos da sua utilização e prevalência nas tecnologias da Internet, e em novos organismos como:

- [Open Source Initiative](#),
- a [Distributed Management Task Force](#),
- a [National Institute of Standards and Technology](#),
- [OASIS](#), e
- a [Open Group](#).

Estas organizações estão a trabalhar no âmbito dos seus próprios processos, bem como dos já existentes, como a IETF e o W3C, para promover a FOSS e assegurar o seu desenvolvimento responsável.



4.5 Organizações Intergovernamentais e Internacionais



As Nações Unidas têm sido e continuam a ser um actor central na WSIS e no IGF.

A ONU produziu o processo WSIS, em conjunto com numerosas agências da ONU, e nomeou um comité consultivo fundamental - o Grupo Consultivo Multilateral ([MAG](#) Multistakeholder Advisory Group) - para orientar o programa e o formato do evento anual do IGF.

Apesar de as organizações intergovernamentais e internacionais não serem reconhecidas como incluindo um grupo central de grupos de interesse na Agenda da WSIS de Túnis, as instituições internacionais tendem, de facto, a ser vistas como grupos de interesse fundamentais em questões de Governação da Internet.



A União Internacional das Telecomunicações (ITU - International Telecommunications Union), a agência da ONU que se ocupa das questões internacionais de telecomunicações, foi a entidade anfitriã e organizadora central do processo da WSIS.

O envolvimento da ITU no processo da WSIS fez também parte da sua tentativa permanente de definir e consolidar a sua posição na arena global das telecomunicações em rápida mutação, cada vez mais moldada pela Internet.

O papel da ITU tem sido desafiado de várias formas, especialmente porque a liberalização do mercado global das telecomunicações e a crescente ubiquidade da Internet alteraram a política tradicional de telecomunicações, o desenvolvimento de normas e as estruturas de mercado, de forma sem precedentes.



Em Dezembro de 2012, a ITU realizou a Conferência Mundial sobre Telecomunicações Internacionais ([WCIT](#)) no Dubai.

O ponto focal da WCIT foi a actualização do Regulamento Internacional das Telecomunicações (ITRs - *International Telecommunications Regulations*), um tratado de 1988 entre os Estados-Membros da ITU sobre telecomunicações internacionais.

Durante a WCIT - que foi uma conferência multilateral - os Estados-Membros representativos da ITU redigiram uma versão alterada dos ITR, que definiu os princípios gerais para o fornecimento e funcionamento das telecomunicações internacionais.

Os debates durante a WCIT foram controversos, tendo todo o evento sido caracterizado por uma atmosfera de confronto.

A razão de todo este atrito é que, tal como discutido no **Módulo 3: História da Internet**, existe uma desconexão significativa entre os dois grupos que prestam serviços de telecomunicações:

- a telefonia tradicional, por um lado; e
- redes IP no outro.

Além disso, os ITR alterados continham várias disposições que podiam ser interpretadas como subscrevendo várias instâncias de controlo estatal sobre a Internet.

Consequentemente, um número significativo de países, principalmente os países industrializados, considerou o novo tratado inaceitável. Foi assinado apenas por 89 países, incluindo a Rússia e a China, dos 144 potenciais signatários ^[9].



No ano seguinte, em Maio de 2013, a ITU realizou o quinto Fórum Mundial das Políticas de Telecomunicações/ICT ([WTPF](#) - *World Telecommunication/ICT Policy Forum*) em Genebra.

O WTPF é uma plataforma para os Estados-Membros da ITU e os membros do sector da UIT (entidades do sector privado ou instituições académicas) trocarem pontos de vista sobre questões políticas fundamentais relacionadas com as tecnologias da informação e da comunicação.

Antes da sessão de 2013, alguns participantes receavam que a divisão da WCIT voltasse a surgir. Em vez disso, os grupos de interesse encetaram um diálogo aberto e cooperativo.

Um debate vigoroso relacionado com o papel dos governos no modelo *multistakeholder* mostrou a necessidade de um debate mais aprofundado sobre este tema.

A próxima sequência significativa do WTPF foi a Conferência Mundial para o Desenvolvimento das Telecomunicações (WTDC - *World Telecommunication Development Conference*), que se realizou em Buenos Aires, Argentina, em Outubro de 2017.



As WTDCs são convocadas no período entre duas Conferências Plenipotenciárias, que ocorrem a cada 4 anos, para considerar tópicos, projectos e programas relevantes para o desenvolvimento das telecomunicações.

O tema do WTDC-17 foi "TIC para objectivos de desenvolvimento sustentável", e resultou em múltiplos resultados.

Estas incluíram uma declaração reforçando o apoio político à missão e objectivos estratégicos do Sector de Desenvolvimento das Telecomunicações da ITU (ITU-D) e um Plano de Acção da ITU-D que inclui iniciativas regionais, resoluções novas e revistas e recomendações para apoiar o cumprimento dos objectivos do Sector. ^[10]

Também exemplificou como o apoio *multistakeholder* é vital para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (*Sustainable Development Goals* (SDGs) das Nações Unidas devido, em parte, ao apoio de várias delegações que incluíam grupos de interesse não governamentais.



A ITU é uma das várias organizações internacionais envolvidas em questões de Governação da Internet.

Aspectos não técnicos da tecnologia das comunicações e da Internet, como, por exemplo

- sociais;
- económicos; e
- características culturais;



fazem parte do mandato de outras organizações das Nações Unidas.

O actor mais prominente neste contexto é a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura ([UNESCO](#) – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*), que aborda questões como o multilinguismo, a diversidade cultural, as sociedades do conhecimento e a partilha de informação.

Outros organismos intergovernamentais importantes envolvidos incluem a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE - Organisation for Economic Co-operation and Development), a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE - Organization for Security and Co-operation in Europe), a Interpol e a Europol, a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO / - Economic Community of West African States), a União Africana e o Banco Mundial.



Governments ✓



The Private Sector ✓



Civil Society ✓



Technical Community ✓



Intergovernmental Organisations ✓

Tendo observado nos vários actores envolvidos na Governação da Internet, e entendido o seu agrupamento, seguiremos aos princípios que os actores desenvolveram para orientar:

- Instituições de Governação da Internet;
- Processos; e
- Leis e Políticas.

Resumo

Você concluiu este módulo:

Actores da Internet e Grupos de Interessados



Agora você deve ser capaz de:

- Compreender que uma infinidade de diferentes actores tem papéis válidos a desempenhar na Governação da Internet;
- Recordar que a abordagem do Ecosistema da Internet é o modo como a Sociedade da Internet (*Internet Society*) descreve os actores/eventos/processos do Modelo da Internet;
- Fazer um mapa da inclusão da Comunidade Técnica e Organizações intergovernamentais/ internacionais na abordagem *multistakeholder* da Governação da Internet; e
- Listar os principais grupos de Interessados na Governação da Internet hoje e os fóruns em que as suas vozes podem ser ouvidas.

Este módulo tem os seguintes tópicos:

- Introdução aos Actores e Grupos de Interesse da Internet;
- A Abordagem do Ecosistema;
- A Abordagem *Multistakeholder* da Governação da Internet; e
- A abordagem dos grupos de interesse.

Recursos do Módulo

Leitura Adicional

A Abordagem Multistakeholder da Governação da Internet

- Os textos acordados na WSIS e outros materiais estão disponíveis no [página web da ITU](#).
- Para mais informações sobre a estrutura dos grupos de interesse na WSIS, ver [aqui](#).
- UNESCO (2018). [What if we all governed the Internet? Advancing multistakeholder participation in Internet governance](#).
- Internet Society (2016). [Internet governance: Why the Multistakeholder Approach Works](#).
- Internet Society [Internet Governance: Encouraging Enhanced Multistakeholder Cooperation](#) (2010).

Os Diferentes Grupos de Interesse

- Para informações sobre a UE, os grupos de interesse e a Governação da Internet, ver European Commission [Internet Policy and Governance in Plain Language](#) (2014).
- David Souter for APC, [African Participation in WSIS: Review and Discussion Paper](#) (2004).
- Laura DeNardis and Mark Raymond, [Thinking Clearly about Multistakeholder Internet Governance](#) (2013)
- Informações sobre o trabalho da Associação para o Progresso das Comunicações sobre [Programa de Política de Comunicação e Informação](#).
- Civil Society's evaluation of the WSIS, [Much More Could Have Been Achieved](#) (2005).
- Andreas Karsten for Youthpolicy.org, [An Introductory Guide to Internet Governance: Civil Society and Internet Governance](#) (2013).
- DiploFoundation (2006). [Role of civil society: Internet governance and developing countries](#).
- Para informações sobre o envolvimento da sociedade da Internet no processo da WSIS, ver [aqui](#); para informações sobre o ISOC e o IGF, ver [aqui](#).
- A Organização de Recursos Numérico (*Number Resource Organization*), que é o órgão coordenador dos cinco Registos Regionais da Internet, disponibiliza [aqui](#) uma página sobre a Governação da Internet.
- A [página Web](#) da ITU sobre a WSIS.
- A [página Web](#) da UNESCO sobre a Governação da Internet.
- A [página Web](#) do Fórum sobre a Governação da Internet.

Referências

A Abordagem do Ecosystema

- [1] Internet Society [The Internet Ecosystem](#) (2010).
- [2] Lynn St. Amour [ISOC's Role in Broadening Internet Access](#) (2009).

A Abordagem Multistakeholder da Governação da Internet

- [3] WSIS [Tunis Agenda for the Information Society](#) (2005), paragraph 34.
- [4] Para mais informações sobre as iniciativas *multistakeholder* nacionais e regionais relacionadas com o IGF, ver a [página Web](#).
- [5] Internet Society. IANA Transition. <https://www.internetsociety.org/iana-transition/>.

Os Diferentes Grupos de Interesse

- [6] [Página Web](#) da ICANN GAC.
- [7] Um produto desta colaboração foi o apoio da ICC e da ISOC, em 2010, à renovação do mandato do IGF. Ver ICC, [ICC and ISOC Support IGF Renewal](#) (2010). Para saber mais sobre o envolvimento da ICC nas questões de Governação da Internet, ver a página Web da ICC [Commission on the Digital Economy](#).
- [8] [Página Web](#) Best Bits.
- [9] TechDirt [Who Signed the ITU WCIT Treaty...and Who Didn't](#) (2012). Ver também ArsTechnica, [Is a UN Internet Takeover Looming? Not Quite](#) (2012).
- [10] <https://www.itu.int/en/ITU-D/Conferences/WTDC/WTDC17/Pages/About.aspx>